



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

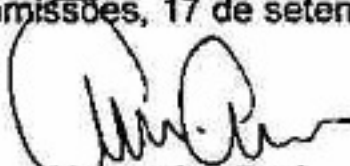
Redação Final ao Projeto de Lei nº 522/11

Declara de Utilidade Pública a
Fundação Médica Assistencial do
Trabalhador Rural de Rondon, com
sede no Município de Rondon e foro
na Comarca de Paraíso do Norte.

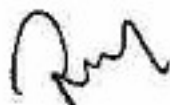
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Médica Assistencial do Trabalhador Rural de Rondon, com sede no Município de Rondon e foro na Comarca de Paraíso do Norte.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2012.


Alexandre Curi
Presidente


Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Antônio Carlos

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 357/12

Concede Título de Cidadão
Honorário ao Senhor Ricardo Silvio
Chapla.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do
Estado do Paraná ao Senhor Ricardo Silvio Chapla.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua
publicação.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2012.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.

Alexandre Curi
Presidente

Assinatura manuscrita do Relator.

Relator

Assinatura manuscrita não identificada.

Assinatura manuscrita não identificada.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em 22 AGO 2011
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº

657/11

Súmula: Declara de utilidade pública a Casa de Apoio Esperança em Cristo.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública estadual a Casa de Apoio Esperança em Cristo, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 2011.

Adellno Ribeiro
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A propositura em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública, a Casa de Apoio Esperança em Cristo com sede e foro no Município de Foz de Iguaçu, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade atender sujeitos que vivem em situação de risco pessoal e social, dependentes de substâncias psicoativas ou não, tendo como área de abrangência e assistência todo o território nacional, a fim de proporcionar a esse sujeito que vivem em situação de vulnerabilidade o que é de direito, desdobrando-se em objetivos específicos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 657/2011

Projeto de Lei nº. 657/2011

Autor: Deputado Estadual Adelfino Ribeiro

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Casa de Apoio Esperança em Cristo, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu - PR.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Adelfino Ribeiro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Casa de Apoio Esperança em Cristo, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que
disponham sobre:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 83

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a educação, cultura e assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 84

seus atos constitutivos demonstram as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

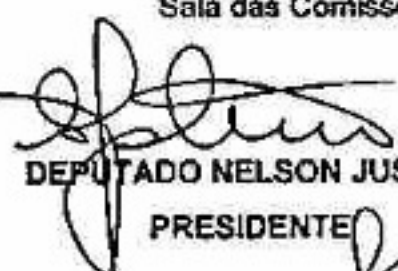
Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

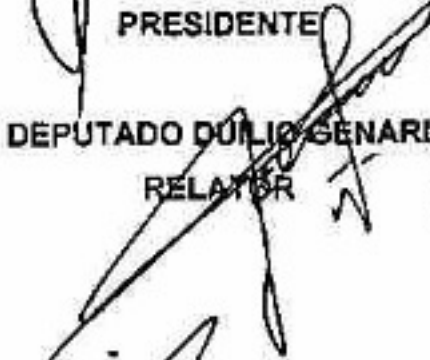
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos

D. L.
Fls. 02
H

LIPO NO EXPEDIENTE
YCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 MAR. 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 072/12

SÚMULA: Institui no Estado do Paraná a Semana Estadual da Pessoa com Deficiência

Art. 1º - Fica instituída a Semana Estadual da Pessoa com Deficiência, a ser realizada anualmente na semana do dia 21 a 28 de Agosto.

Art. 2º A Semana Estadual da Pessoa com Deficiência consistirá de um programa oficial que contenha atividades sobre a temática da pessoa com deficiência, inclusão social, educação especial, geração de oportunidades de trabalho, esporte, lazer, divulgação de avanços técnico-científicos e médicos.

Art. 3º A efetivação da Semana Estadual da Pessoa com Deficiência fica a cargo dos órgãos competentes do Poder Executivo em consonância com os Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e entidades da Sociedade Civil.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de março de 2012.

Professor Lemos
Deputado Estadual

Renato
Santana

Renato
Santana

Renato
Santana

Renato
Santana

Renato
Santana



JUSTIFICATIVA

Há anos a Semana da Pessoa com Deficiência é habitualmente comemorada no período de 21 a 28 de agosto, seguindo-se o calendário Nacional instituído pelo decreto federal 54.188/1964. A data vem sendo utilizada pelos diversos segmentos de pessoas com deficiência como um momento oportuno para debater com a sociedade o tema da inclusão e da garantia de direitos.

A observância desta data, num contexto de avanços da efetivação dos direitos das pessoas com deficiências tem sido um fator decisivo que ajuda a manter viva a luta por seus direitos, pois têm servido de égide e marco de referência para numerosas ações organizadas e bem sucedidas promovidas por governos e entidades.

Este é o caso do Paraná que, embora não possuindo no calendário oficial uma data específica, os órgãos e entidades ligados à causa adotaram a mesma data da legislação federal.

A Semana Estadual da Pessoa com Deficiência terá um papel de destaque na consecução da meta ideal: uma sociedade para todos, a sociedade inclusiva, onde não existiam barreiras (arquitetônicas, sistêmicas e atitudinais) que segreguem pessoas.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 072/2012

Projeto de Lei nº. 072/2012

Autora: Deputado Estadual Professor Lemos

EMENTA: INSTITUI NO ESTADO DO PARANÁ A SEMANA ESTADUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 E 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Professor Lemos, objetiva instituir a "Semana Estadual da Pessoa, com Deficiência", a ser realizada anualmente na semana do dia 21 a 28 de Agosto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estaduais e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 15
JK

municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

¹ DE MORAES, Alexandra, *Direito Constitucional*, Ed. Atlas, São Paulo, 2007. 22^a. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fis. 16

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2012.

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado CAÍTO QUINTANA
Relator

APROVADO

Unânime
18.06.12

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI nº 072/12

O referido Projeto de Lei, de autoria do Deputado Professor Lemos, tem por escopo instituir no âmbito do Estado do Paraná, a Semana Estadual da Pessoa com Deficiência, a ser realizada anualmente na semana do dia 21 a 28 de Agosto.

Observa-se que a presente matéria já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, visto encontrar-se em plena consonância com os ditames constitucionais, conforme o que dispõe nos artigo 24, Inciso IX e artigo 215 "caput" da Carta Magna.

Ademais, a presente matéria disciplinada encontra respaldo nos artigos 65 "caput" e 190 "caput" da Constituição Estadual, senão vejamos:

Art. 190, caput, CE/PR 89. A cultura, direito de todos a manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

Art. 65, caput, CE/PR 89. A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Há também de se ressaltar que o Projeto em tela se abarca no que dispõe a Constituição Federal de 1988, a qual estabeleceu como fundamentos principais da República Federativa do Brasil a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. Ademais, é previsto na Carta Magna a construção de uma sociedade

livre, justa e solidária, com promoção do bem estar de todos, e, principalmente, sem quaisquer formas de discriminação.

Seguindo este entendimento, o presente Projeto de Lei tem por objetivo destacar uma sociedade inclusiva para todos, ao celebrar anualmente esta data, valorizando, desta forma a proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência e as dificuldades enfrentadas para a efetivação desses direitos previstos constitucionalmente.


E nesse entendimento, vê-se a suma importância do Projeto ora relatado, vez que, tal iniciativa irá promover uma maior inclusão dos portadores de deficiência na sociedade, já que anualmente será oportunizado um momento de discutir assuntos a serem debatidos com a sociedade o tema da inclusão e da garantia de direitos.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 11/07/2012


TADEU VENERI

PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK

RELATOR



A ssembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Curitiba, 20 de Junho de 2012.



PROJETO DE LEI Nº.

284/12

Súmula: Institui o "Dia da Igreja do Evangelho Quadrangular" a ser comemorado anualmente no dia 15 de Novembro no Estado do Paraná.

Art. 1º. Fica instituído o dia 15 de Novembro de cada ano como sendo o "Dia da Igreja do Evangelho Quadrangular" no âmbito territorial do Estado do Paraná.

Art. 2º. Fica determinado a inclusão da data constante no artigo anterior, no calendário Comemorativo do Estado do Paraná.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de Junho de 2012.


GILSON DE SOUZA
Deputado Estadual
4º. Secretário



A ssembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de Lei tem o escopo de instituir no calendário data específica haja vista que a Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular foi fundada pela Evangelista Aimee Semple McPherson e no Brasil denomina-se IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR.

A fundadora Aimee Elisabeth Kennedy nasceu em Ingersoll, Ontário, Canadá, em 09 de outubro de 1890, converteu-se aos 17 anos e casou-se com o Evangelista Robert Semple, com o qual seguiu como missionária para a China. Com o esposo doente, acometido de malária, foi obrigada a voltar para os Estados Unidos, viúva e com a filha recém-nascida em seus braços, em 1917 iniciou sua maratona pelos Estados Unidos, com várias campanhas em diversas cidades do país.

Em 1922 durante um culto na cidade de Oakland, Aimee Semple recebeu a visão do evangelho quadrangular, termo que daria nome à Igreja por ela fundada em Janeiro de 1923, com a inauguração dos Angelus Temple, em Los Angeles, Califórnia.

Aimee faleceu em Setembro de 1944, seu filho Rolf McPherson assumiu a Presidência da Igreja a qual atualmente é exercida pelo Reverendo Paul Risser. Durante seu ministério, Aimee não apenas fundou a Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular e o Angelus Temple, mas foi responsável:

- a. Pela criação do Life Bible College e da Torre de Oração, na qual diversas pessoas se revezavam em turno de duas horas, para que houvesse um clamor a DEUS 24 horas por dia;
- b. Pela inauguração da terceira estação de rádio de Los Angeles, a KFSG (Call Foursquare Gospel);
- c. Pela fundação da Cruzada Internacional do Evangelho Quadrangular,



A ssembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- d. Pela organização do departamento de Assistência Social do Ângelus Temple, o qual alimentou e vestiu cerca de meio milhão de pessoas, durante a depressão e a segunda Guerra Mundial.
- e. Pela publicação de diversas revistas e periódicos, além da elaboração de diversos livros, peças. Óperas sacras, músicas (incluindo o Hino Oficial da Igreja do Evangelho Quadrangular) e sermões.

A Igreja do Evangelho Quadrangular encontra-se hoje em quase 150 países ao redor do mundo. Sua sede mundial está localizada em Los Angeles, Califórnia (EUA), mas ela funciona autônoma em cada país.

A Igreja baseada na bíblia, tem enfoque profundamente Cristo-Cêntrico e é uma das Igrejas pentecostais pioneiras do avivamento carismático do início do século XX. Mantendo firme sua dedicação pela evangelização do mundo.

No Estado do Paraná, a história da Igreja do Evangelho Quadrangular remonta à década de 50, mais precisamente ao ano de 1955, quando em Curitiba chegou o Missionário Júlio de Oliveira Rosa, trazendo em sua bagagem a visão e a mensagem quadrangular. Montou então, uma tenda em uma praça da capital paranaense, alcançando enorme êxito, pois centenas de pessoas eram curadas e convertiam-se a Cristo. Em dezembro de 1955, mais precisamente no dia 4 ocorre o primeiro batismo, marcando assim o início efetivo da Primeira Igreja do Evangelho Quadrangular.

Pouco tempo depois em 1957, a Igreja do Evangelho Quadrangular através de uma cruzada Evangélica chega em Paranaguá.

A Igreja do Evangelho Quadrangular conta hoje com 8.000 (oito) mil templos espalhados por todo o Brasil sendo cerca de 800 (oitocentos) no Estado do Paraná. Compõem-se de aproximadamente 3 mil ministros, 2 mil aspirantes, perto de 12 mil obreiros, sendo que destes números 40% são mulheres. São 40 mil



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



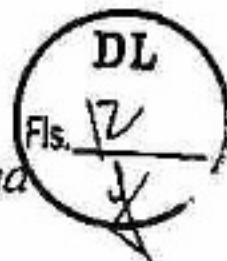
diáconos trabalhando e aproximadamente 2 (dois) milhões de membros cadastrados.

Em 15 novembro de 2011, a Igreja do Evangelho Quadrangular completou 60 (sessenta) anos de fundação no Brasil, são sessenta anos de muito trabalho em prol de todos que por qualquer razão se sentem deserdados da alegria, da paz, apoio não só na área espiritual, mas também na área de Assistência Social, consubstanciado no exemplo de sua fundadora Almée.

Assim, pelos motivos dissertados, dada a importância da Igreja do Evangelho Quadrangular em suas diversas frentes de atuação no Estado, consideramos nosso pleito justo e legítimo.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 284/2012

Projeto de Lei nº. 284/2012

Autora: Deputado Estadual Gilson de Sousa

Súmula: Institui o "Dia da Igreja do Evangelho Quadrangular", a ser comemorado anualmente no dia 15 de Novembro, no Estado do Paraná.

EMENTA: INSTITUI O "DIA DA IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR", A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 15 DE NOVEMBRO NO ESTADO DO PARANÁ. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 E 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilson de Sousa, tem como objetivo instituir o "Dia da Igreja do Evangelho Quadrangular", a ser comemorado, anualmente, no dia 15 de novembro, no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
13
Fls. 13
J

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 14
8

ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos,
na forma e nos casos previstos nesta
Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa.

Igualmente, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº. 95 de 1998, a qual dispõe sobre a elaboração, redação, alteração, consolidação das leis e estabelecimento das normas para a consolidação dos atos normativos.

Por fim, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.

DEPUTADO CAITO QUINTANA
Presidente

DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
Relator

APROVADO

unânime 10/07/12